



ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NO GOVERNO FEDERAL

política, prevenção e combate à corrupção

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Funções Básicas

A **CGU** é o órgão responsável no Governo Federal pelas funções de:

- ✓ **Controle Interno**
- ✓ **Correição**
- ✓ **Ouvidoria, e**
- ✓ **Prevenção e Combate à Corrupção**



Formas de Atuação da CGU

A CGU desenvolve ações de:

1) Controle Interno

- ✓ Orientação / Capacitação
- ✓ Auditoria / Fiscalização
- ✓ ...

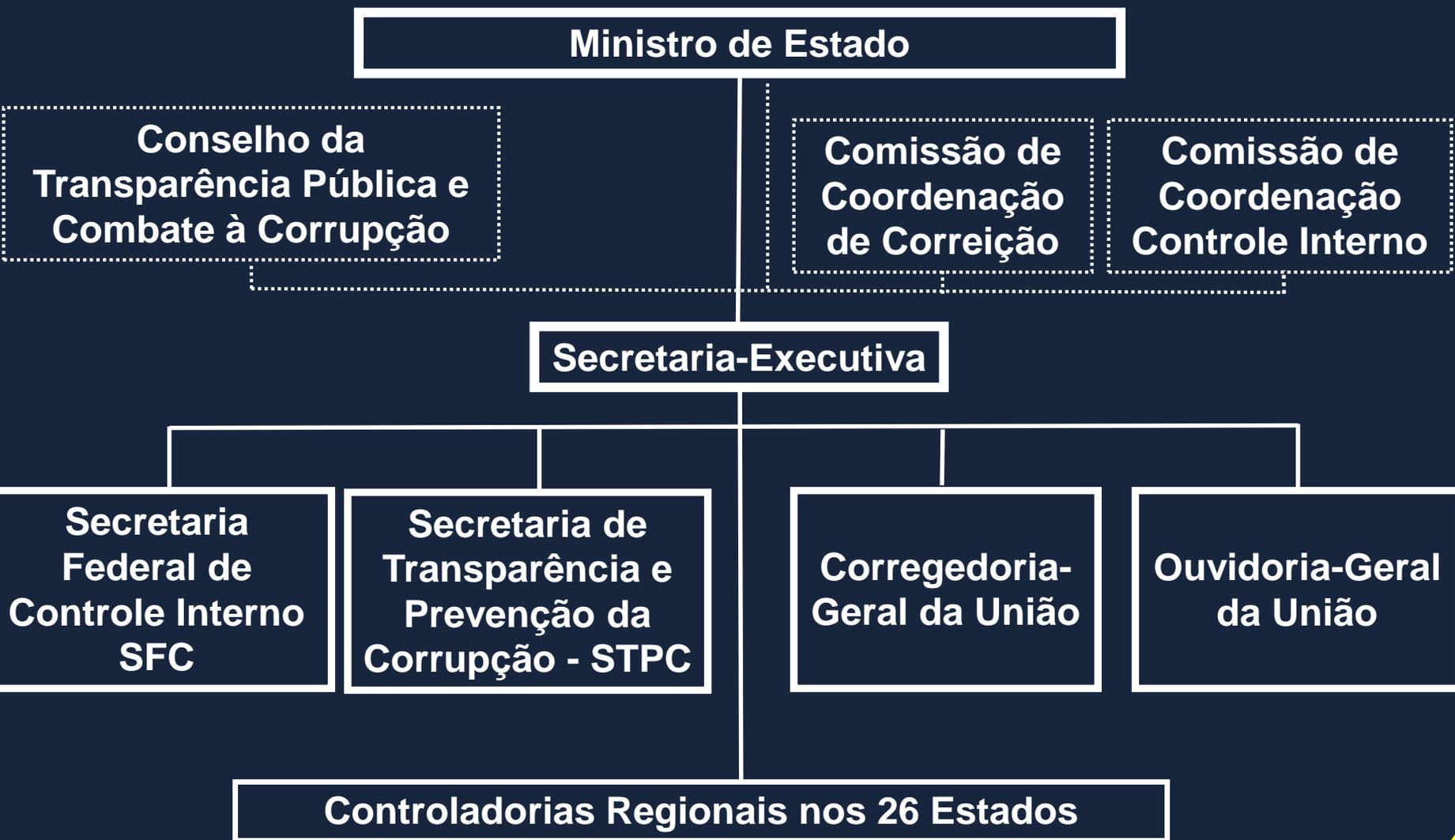
2) Correição

3) Transparência e Prevenção à Corrupção

4) Ouvidoria



Organograma – CGU (Simplificado)





Articulação Interinstitucional

Uma das diretrizes da ação da CGU, adotada desde 2003, foi privilegiar a cooperação e a parceria com Órgãos de Defesa do Estado e de aperfeiçoamento da Gestão Pública, respeitadas as competências de cada um.



Principais Parcerias

Ministério Público Federal	Polícia Federal
Tribunal de Contas da União	Advocacia-Geral da União
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Ministério da Justiça
Banco Central	Receita Federal do Brasil
Conselho Nacional de Justiça	Comissão de Ética Pública
Órgãos de Controle Estaduais	Ministérios Públicos Estaduais
COAF/MF	



O Controle na Constituição Brasileira

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial:

Sistema de Controle Interno de cada Poder. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno

Controle Externo – Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União.



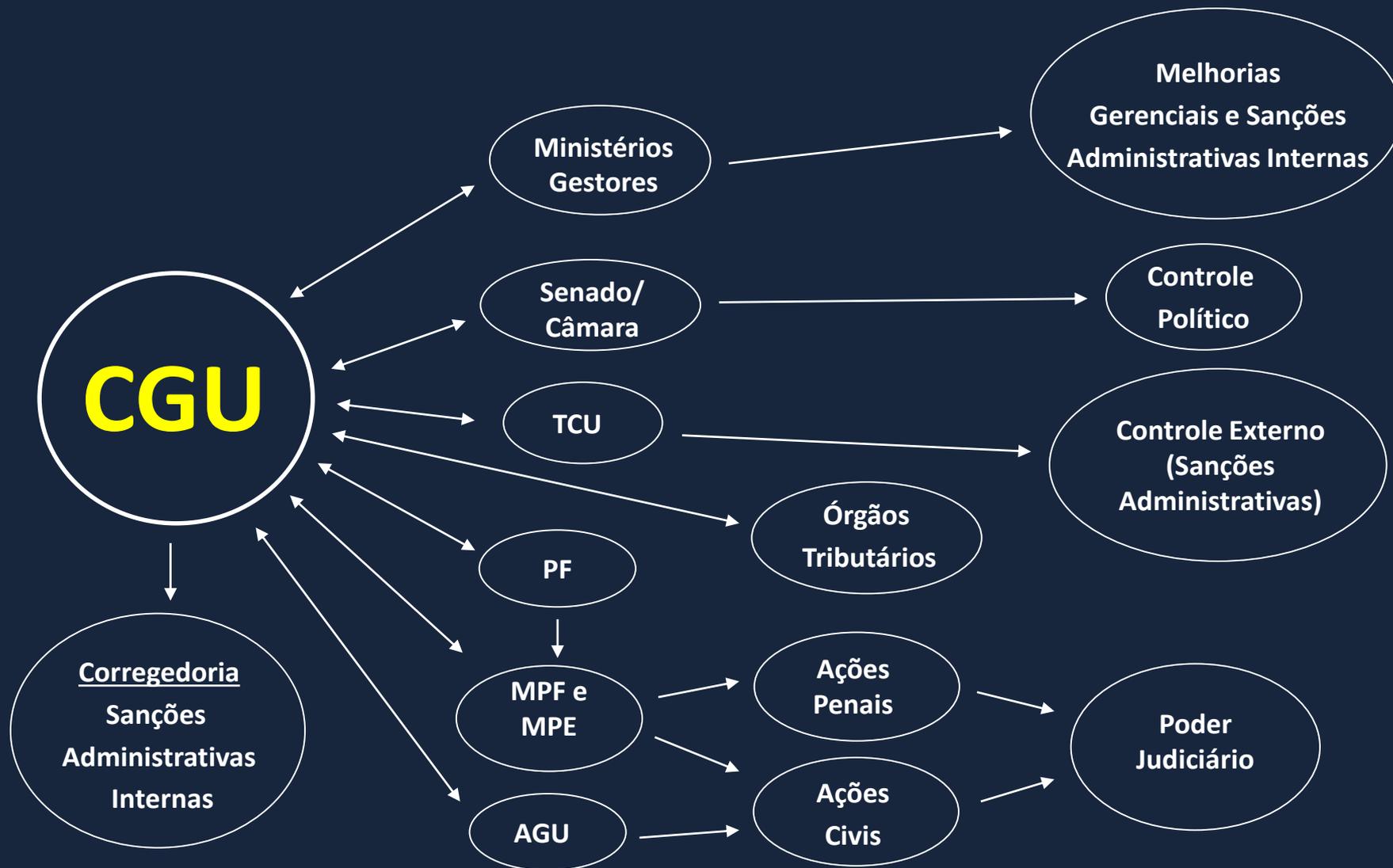
Ações de Controle Interno

Auditoria/Fiscalização e Orientação/Capacitação

- ✓ **Avaliação da Execução de Programas de Governo (Detecção)**
- ✓ **Fiscalização em Entes Federativos (Detecção)**
- ✓ **Avaliação da Gestão de Administradores Públicos (Detecção)**
- ✓ **Auditorias Investigativas (Detecção)**
- ✓ **Tomadas de Contas Especiais (Correção)**
- ✓ **Auditorias de Integridade nas Estatais (Prevenção)**
- ✓ **Orientação / Capacitação para os Gestores Públicos (Prevenção)**



Encaminhamento dos Resultados das Ações de Controle





Ações na Área de Correição

- **Gestão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal**
 - **Normatização**
 - **Capacitação**
 - **Coordenação de apurações**
 - **Integração de dados**
- **Supervisão da Atividade Correcional**
 - **Verificação da eficiência, da eficácia e da efetividade da atividade correcional (disciplinar e responsabilização de entes privados) no SISCOR**
 - **Análise da abrangência, profundidade e regularidade das apurações conduzidas no PEF**
- **Apuração direta das Irregularidades de Maior Relevância no PEF**
 - **Condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares**
 - **Condução de Processos de Responsabilização Administrativa de Entes Privados (40 apenações entre inidoneidades e suspensões)**
 - **Acompanhamento da evolução patrimonial**



Ações de Ouvidoria

- 1. Orientação aos cidadãos sobre acesso a serviços, políticas públicas e direitos;**
- 2. Apoio a entes subnacionais e demais poderes na implantação de ouvidorias e padronização de atendimento;**
- 3. Identificação de problemas e proposição de melhorias para efetividade da Administração Pública Federal;**
- 4. Mediação de conflitos, demandas individuais e coletivas;**
- 5. Promoção da participação e do controle social;**
- 6. Formação e capacitação de agentes públicos;**
- 7. Órgão garante da transparência passiva no Poder Executivo Federal.**



SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Articulação Internacional da CGU - Principais Projetos

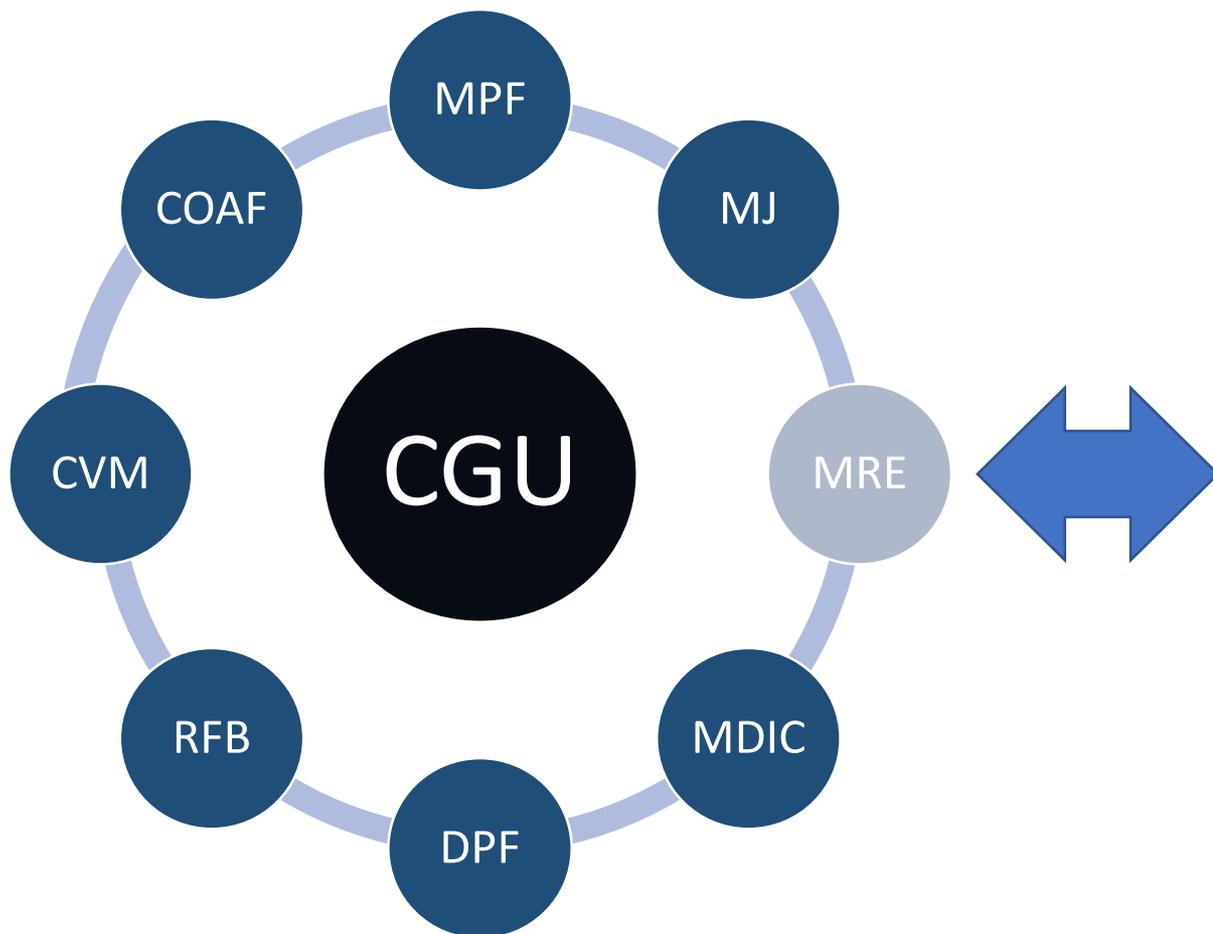
- Coordenação da atuação internacional da CGU em fóruns internacionais de prevenção e combate à corrupção
- Promoção de cooperação técnica internacional
- Condução da cooperação jurídica internacional



Coordenação da atuação internacional

- Convenção da ONU contra a Corrupção (UNCAC)
- Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA)
- Convenção da OCDE contra o Suborno Transnacional
- Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20
- Parceria para o Governo Aberto (OGP)
- Rede da OCDE sobre Governo Aberto e Inovador na América Latina e Caribe

Coordenação da atuação internacional



Articulação INTERNACIONAL (nos temas da CGU)

- Inserção de temas de interesse
- Condução de projetos
- Tratativas bilaterais
- Mecanismos de avaliação



Cooperação Jurídica Internacional

- **Objetivo: viabilizar os processos de responsabilização quando os fatos investigados envolvem outras jurisdições (Lei Anticorrupção, Lei de Licitação, Lei 8.112, etc.)**
- Os procedimentos administrativos são instrumentos eficazes de persecução e punição à corrupção. Usualmente, necessitam de atos ou provas no exterior
- Os canais de cooperação jurídica internacional, contudo, ainda são muito restritos aos procedimentos de investigação e persecução criminais.



Integridade – Principais ações e Projetos

- Fomento à integridade em empresas – Pró-Ética
- Fomento à integridade em micro e pequenas empresas – Programa Empresa Íntegra (parceria CGU-SEBRAE)
- Avaliação de programas de integridade – Lei Anticorrupção
- Fomento à integridade na administração direta – PROFIP
- Política de prevenção de conflito de interesses no Executivo Federal

Fomento à integridade empresarial – Pró-Ética

Objetivo principal:

Fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que se mostram comprometidas com a prevenção e o combate à corrupção e outros tipos de fraudes, em lista anual divulgada na Internet.



EMPRESA
**PRÓ
ÉTICA**
2017



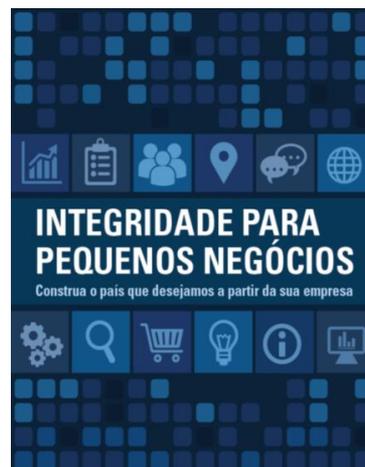
INTEGRIDADE
É UM ÓTIMO NEGÓCIO
PARA SUA EMPRESA

Inscrições de 1º de fevereiro a 28 de abril

Programa Empresa Íntegra – Parceria Sebrae

Objetivo principal:

Conscientizar as micro e pequenas empresas sobre a importância e os benefícios de investir e adotar uma postura ética nos negócios, por meio do apoio à adoção de medidas de integridade adaptadas a realidade dos pequenos negócios.





Empresa Íntegra: saiba como... Projeto Integridade: um...

← → Não seguro https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/empresa-integra-saiba-como-protetger-o-seu-i

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Temas de Gestão Segmentos Sebrae nos Estados Fale com o Sebrae Faça Login ou Cadastre-se

POSICIONAMENTO

PROGRAMA EMPRESA ÍNTEGRA

Confira dicas para o seu negócio ajudar o Brasil no combate à corrupção

O que é integridade? Dicas práticas Saiba mais

www.sebrae.com.br/empresaintegra

O conteúdo foi útil para você?

Conheça dicas e boas práticas para manter o seu empreendimento idôneo, trabalhar com segurança e sem riscos de violar leis ou direitos dos consumidores.

Compartilhe nas redes sociais

É essencial aos empreendedores e profissionais atuar em um negócio íntegro em todas as suas vertentes: das relações comerciais ao cumprimento das leis e normas.

Adicionar aos Favoritos

Uma empresa íntegra é aquela que passa uma boa percepção de valor, de confiabilidade de segurança e, acima de tudo, de respeito aos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores.



O que é integridade?

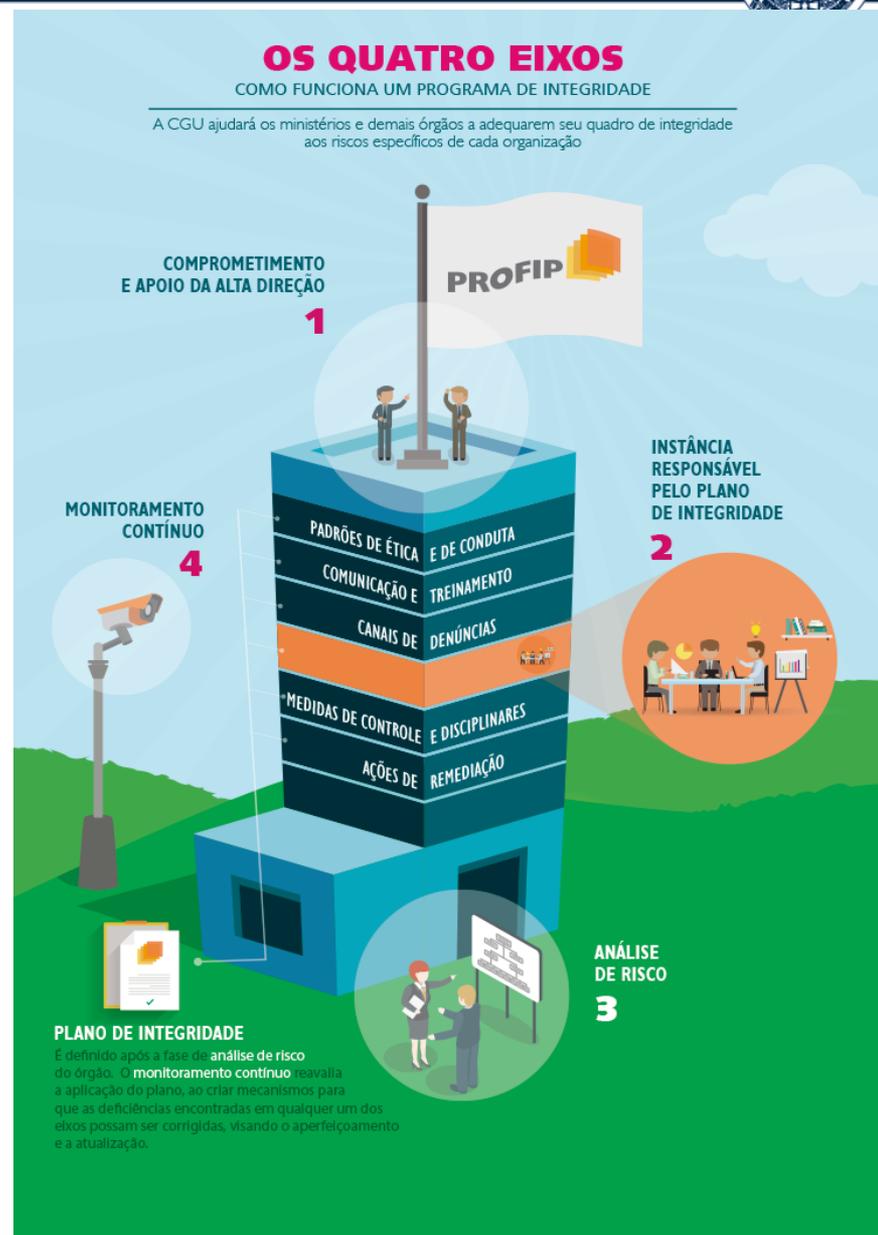


Em geral, integridade é definida como a qualidade daquele que se comporta de maneira correta, honesta e contrária à corrupção. Em nossa sociedade, cidade ou bairro, sempre existe alguém conhecido por todos como



Programa de Fomento à Integridade Pública - PROFIP

Instituído pela Portaria nº 784, de 28 de abril de 2016, é uma iniciativa da CGU para incentivar e capacitar os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para desenvolver e implementar programas de integridade.



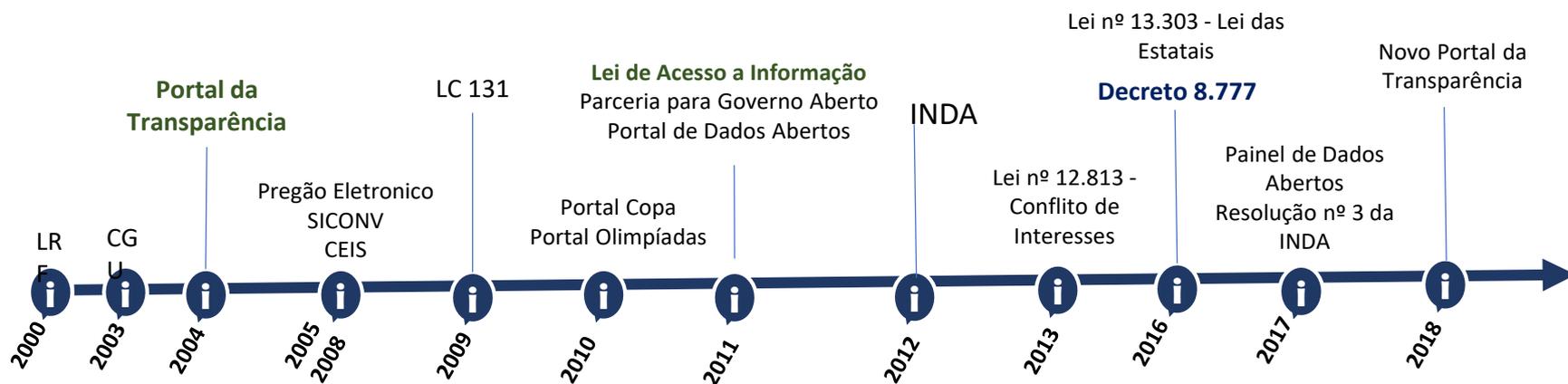


Promoção da Transparência e do Engajamento Cidadão

- Promoção da transparência na administração pública
- Implementação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação
- Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC)
- Transparência ativa no Governo Federal
- Apoio à Transparência em estados e municípios
- Engajamento da sociedade e controle social



Evolução da Transparência e Acesso à informação no Brasil





Política de Transparência e Acesso a Informação

OBJETIVOS

1. Promover a melhoria da gestão pública com maior *accountability*
2. Inibir desvios de conduta e mau uso de recursos públicos
3. Possibilitar a detecção de problemas, corrupção e ilícitos
4. Reduzir a assimetria de informações
5. Viabilizar o acesso a outros direitos
6. Fomentar a prática do controle social
7. Garantir o acesso a documentos e informações públicas



TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

ESTRATÉGIAS

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: omissões, cumprimento de prazos, painel da LAI, relatórios da LAI, painel dos PDAs, EBT, transparência ativa, avaliação qualitativa de transparência, relatório anual do Congresso Nacional, painel da LAI

CAPACITAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO: sistemas de transparência, recursos educativos, suporte, normas modelo, capacitação, cursos EaD, vídeos

FOMENTO E CONTROLE SOCIAL: RedeSIC, EBT, Programa Pacto, abertura de bases, eventos e palestras, Olho Vivo no Dinheiro Público

NORMATIZAÇÃO: Leis, decretos, portarias, resoluções, enunciados etc.

TRANSPARÊNCIA ATIVA (Ampla divulgação)

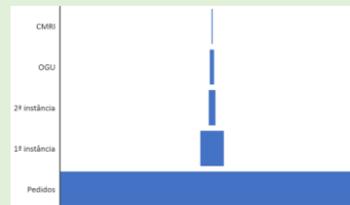
TRANSPARÊNCIA PASSIVA

DADOS ABERTOS

OBJETOS

Execução orçamentária-financeira	Agenda de autoridades	Notas de informações classificadas	Salários e Jetons
Contratos e Licitações	Imóveis funcionais	Programas sociais	Honorários advocatícios
	Sanções: CEIS, CEPIM, CEAF, CNEP		Rede de Transparência
Servidores Planos, ações e programas	Convênios e transferências	Viagens a serviço	Notas fiscais eletrônicas
		Ocupação de cargos	Renúncias fiscais

Pedidos de acesso a informação



Planos de Dados Abertos e Publicação de bases em formato aberto



FERRAMENTAS

Portal da Transparência	Sistema <i>Push</i>
Páginas de Transparência	
	Sistema de Transparência Ativa
	Painel de Municípios
	Mapa Brasil Transparente

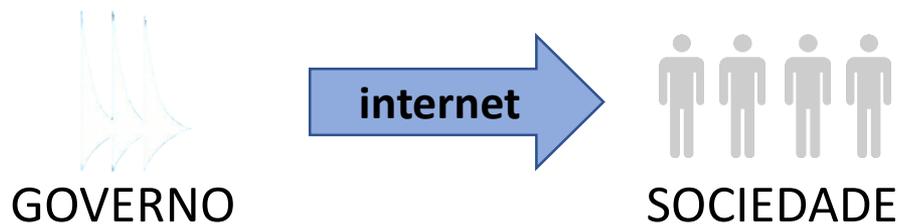
E-SIC
Banco de perguntas/respostas
Informacao.gov.br
Mapa Brasil Transparente

Painel dos Planos de Dados Abertos
Portal de Dados Abertos

Promoção da transparência na administração pública

TRANSPARÊNCIA ATIVA

Governo divulga proativamente informações para a sociedade



TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Governo responde às demandas de informação dos cidadãos, empresas e organizações





Implementação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação

ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SICs)

Processos de monitoramento: omissões, avaliação qualitativa, abertura de dados transparência ativa, proteção de dados

Apoio: + de 300 órgãos/entidades/empresas do Governo Federal tem SIC

Acesso público a relatórios, dados, pedidos e respostas

Capacitação: suporte, guias, manuais e treinamentos presenciais e online para os órgãos

Obrigações de transparência ativa

O que deve ser publicado por cada organização do governo



Informações institucionais



Ações e programas



Auditorias



Licitações e contratos



Despesas e receitas



Servidores e terceirizados



Instituição e autoridades



Perguntas frequentes



TRANSPARÊNCIA COMO PRINCÍPIO

Princípio da publicidade

Direito do cidadão de saber e
dever do Estado de informar

Não precisa e não deve exigir
motivação

TRANSPARÊNCIA COMO POLÍTICA

Ação deliberada e objetiva
buscando resultados concretos

Informações específicas para
dar suporte ao alcance de
objetivos

Fomento e treinamento para o
uso da informação

POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL



Normas



Ferramentas e instrumentos



Monitoramento



Capacitação



Formação de redes



Apoio e sustentabilidade



Comunicação e exposição



Responsividade

O CONTROLE SOCIAL



Governo Federal



Sociedade Civil Organizada



Imprensa



Governos Estaduais e Municipais



Cidadãos



Setor privado



Academia



Conselhos



NORMAS

Responsabilidade fiscal
Transparência de gastos e receitas
Acesso a informações públicas
Conflito de interesses
Compras públicas
Dados abertos
Diretrizes orçamentárias
Diversas outras normas específicas

onde encontrar

LC 101, 131, 156

LC 131

Lei 12.527

Lei 12.813

Lei 8.666, 12.527

Decreto 8.777

LDO

...



FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS

Portal da Transparência

Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC)

Portal de Dados Abertos

Painel de compras

Painel de preços

Padrões de abertura de informação do GF

onde encontrar

transparencia.gov.br

esic.gov.br

dados.gov.br

[painelcompras.planejamento](http://painelcompras.planejamento.gov.br)

[painelprecos.planejamento](http://painelprecos.planejamento.gov.br)

informacao.gov.br



Portal da Transparência

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

- Sobre o Portal
- Painéis
- Consultas Detalhadas
- Controle social
- Rede de Transparência
- Receba Notificações
- Aprenda mais

Busque no Portal da Transparência

Todos Busque por órgão, cidade, CNPJ, servidor...

ORÇAMENTO DA DESPESA EM 2018
R\$ 3,44 TRILHÕES

TOTAL DE PAGAMENTOS REALIZADOS EM 2018
R\$ 1,44 TRILHÃO

CONEXÃO GOVERNO FEDERAL e oferece serviços para facilitar o controle social,

Acesso rápido

- » Documentos diários de execução da despesa pública
- » Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)
- » Consulta de Pessoas Jurídicas
- » Download de dados

Áreas de atuação (Funções)

Faça a consulta pelas dez funções de governo com maior volume financeiro

[Encargos especiais](#)

Localidade

Estado e Município



Receitas e despesas

- Orçamento anual da despesa
- Orçamento anual da receita
- Receitas públicas
- Despesas públicas
- Recursos transferidos
- Gastos com cartão de pagamento

Orgãos e servidores

- Órgãos
- Servidores públicos

O Portal da Transparência prove informações sobre o uso dos recursos públicos...

e oferece serviços para facilitar o controle social, como ferramentas de notificação, compartilhamento em redes sociais e recursos educativos

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Gastos públicos

Transferências

Receitas

Servidores públicos

Sanções administrativas

Programas sociais

Licitações e contratos

E muito mais



TRANSPARÊNCIA COMO SOLUÇÃO

1. Seleção de um problema
2. Reconhecimento da situação: processos, atores, sistemas envolvidos
3. Encontrar riscos e fraquezas
4. Identificar como a transparência pode ajudar
5. Planejar e desenhar sobre a perspectiva do usuário dos instrumentos e dos resultados desejados
6. Implementar solução



TRANSPARÊNCIA COMO SOLUÇÃO: EXEMPLOS

- Transparência dos gastos
 - Transparência de servidores
 - Transparência de convênios
 - Transparência de sanções
 - Transparência das licitações
 - Transparência de renúncias fiscais
 - Transparência dos Cartões do Governo
 - Transparência das agendas
- Melhor qualidade de gastos
 - Inibe nepotismo, conflito de interesses
 - Controle social sobre obras
 - Menos contratações de alto risco
 - Menos desvios de conduta
 - Melhor avaliação da política pública
 - Redução de gastos
 - Inibir conflitos de interesse, assimetria de informações



IMPACTO DA TRANSPARÊNCIA: EXEMPLOS

- Redução de gastos com o Cartão Corporativo
- Revisão de benefícios sociais (Bolsa Família, Defeso)
- Reformulação de programas (ex: FIES)
- Devolução de recursos mal empregados (ex: viagens de autoridades)
- Melhor acompanhamento das políticas públicas (ex: educação, tratamento de câncer)
- Simetria de informações (ex: votos do Bacen)



IMPACTO DA TRANSPARÊNCIA: CASO CPGF

Gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal

2007	MÉDIA 2008-2016	2017
76.254.492	61.464.326	49.954.116



Dezembro de 2007:
série de reportagens
expõe o mal uso do
CPGF, a partir de dados
do Portal



Canal oficial de solicitação de informação ao Governo Federal

Mais de 99% dos 680 mil pedidos já respondidos

Recursos e pedidos de bases de dados podem ser feitos online pela ferramenta

e-SIC

e-SIC

SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
Versão 2.7.1

Entrar com Brasil Cidadão

[Acesso a Informação](#) [Manual do Usuário](#) [Primeiro Acesso](#) [Relatórios Estatísticos](#) [Download de Dados](#)

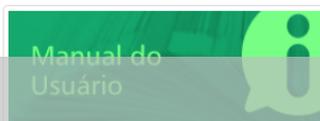
Bem-vindo

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia.

Manual do Usuário

Antes de solicitar informação, leia o [Manual](#) e conheça os procedimentos para fazer sua solicitação.



Destaques

Conheça os [relatórios estatísticos](#) dos pedidos de informação e recursos interpostos.

Caso deseje realizar cruzamentos e análises específicas sobre pedidos e recursos cadastrados no e-SIC, [faça o download](#) dos arquivos de dados dos Relatórios Estatísticos, em CSV e XML.

Conheça a [Busca de Pedidos e Respostas](#) que permite a consulta aos pedidos de informação feitos com base na Lei de Acesso à Informação

Primeiro Acesso

Conheça o [passo a passo](#) para fazer o seu primeiro pedido de informação. São apenas cinco etapas.



Faça seu pedido

Preencha o Nome do Usuário e senha para acessar o Sistema de Informações.

Usuário

86484192120

Senha

.....

ENTRAR

[Cadastre-se](#)
[Esqueci a senha](#)
[Esqueci o nome do usuário](#)



Quer fazer uma denúncia?

Denúncias relacionadas ao descumprimento da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo federal deverão ser encaminhadas ao Ministério da Transparência, por meio do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv).



PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS



[Dados](#) | [Organizações](#) | [Aplicativos](#) | [Inventários](#) | [Concursos](#) | [INDA](#) | [Perguntas frequentes](#) | [Contato](#) | [Sobre o portal](#)

PESQUISAR

em 5388 conjuntos de dados com 27946 recursos (o que é isto?)

Conjuntos de dados em destaque

Conjuntos de dados colocados em destaque pela equipe do dados.gov.br.

Dados referentes ao Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social

Dados do orçamento federal brasileiro, inclusive da execução orçamentária, no período entre 2000 até o ano corrente. Para mais...

Serviços Públicos Federais para o Cidadão

Publicação de informações sobre serviços públicos prestados por órgãos e entidades públicas federais constantes do Portal de Serviços...

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES

Localização dos estabelecimentos registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Sobre o CNES, ver:

Publicações mais recentes

Conjunto de dados	Data	Responsável
Afastamento do País (CSV)	02/05/2018	Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
Bolsistas Alimentação	27/04/2018	Universidade Federal de Ouro Preto -...
Programas de Extensão	27/04/2018	Universidade Federal de Ouro Preto -...
Processos Seletivos da Pós-Graduação	27/04/2018	Universidade Federal da Fronteira Su...
Cursos da Graduação	27/04/2018	Universidade Federal da Fronteira Su...

PORTAL DE DADOS ABERTOS

Catálogo oficial de dados abertos

Decreto 8.777 determina a obrigatoriedade dos Planos de Dados Abertos

Mais de 5300 datasets já abertos



Obrigações de transparência ativa

Dados abertos

Legislação brasileira promove a abertura de dados

Monitoramento da publicação do plano de abertura de dados

Acompanhamento da execução dos planos

Promoção da cultura de dados abertos

Sensibilização para abertura de bases relevantes específicas

Parceria com o Planejamento para a capacitação e fomento

• PAINEL MONITORAMENTO DE DADOS ABERTOS

O Painel Dados Abertos apresenta o panorama da abertura de dados no **Poder Executivo Federal**. A ferramenta permite conferir as bases de dados já publicadas, os cronogramas de publicação e acompanhar o cumprimento da política de dados abertos por diversos órgãos e entidades do Governo Federal.

Dados Abertos são aqueles livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. Como praticamente todo dado governamental é público, é fundamental que os governos implementem políticas para disponibilizá-los.

Criado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), a ferramenta possibilita filtrar e comparar visões de forma fácil, rápida e interativa. Acesse!

SOBRE

INICIAR





NOME DO ÓRGÃO

Q Pesquisar Órgão

SELEÇÕES ATUAIS

Ano_PDA ■ 2018

Limpar Filtros

BAIXAR BASE DE DADOS DO PAINEL

BASES DE DADOS PREVISTAS PARA ABERTURA **2714**



BASES EM ATRASO
500



BASES A SEREM ABERTAS
231



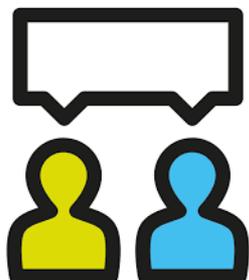
BASES ABERTAS
1983

CALENDÁRIO DE ABERTURA DE BASES DE DADOS < 2018 >

BASE(S) DE 2018

Jan	Fev	Mar	Abr	Órgão	Base	Link da base	Indicador
27 Atrasadas	33 Atrasadas	14 Atrasadas	32 Previstas	AN – Arquivo Nacional	Acordos Cooperação técnica	-	
79 Abertas	34 Abertas	23 Abertas	54 Abertas	ANA – Agência Nacional de Águas	Bases de dados do Portal do SNIRH	-	
				ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações	Gestão de Metas de Universalização	Acesse	

Benefícios da Abertura de Dados



Incremento do controle social diante das ações do Governo



Geração de novos negócios



Transparência na prestação de contas dos resultados e ações da gestão pública



MONITORAMENTO

- ✓ Sistemas e ferramentas
- ✓ Relatórios e painéis públicos
- ✓ Processo contínuo de acompanhamento
- ✓ Engajamento da sociedade
- ✓ Autoridades de monitoramento
- ✓ Escala Brasil Transparente

São feitas análises quantitativas e qualitativas



Acesso à Informação | Manual do Usuário | Primeiro Acesso | Relatórios Estatísticos | Download de Dados

Relatório de pedidos de acesso à informação e solicitantes

Quantidade de Pedidos: 602013 Média mensal de pedidos: 8361,29

2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	596034
Em tramitação no prazo	4880
Em tramitação fora do prazo	1099

Situação dos pedidos de acesso à informação

■ Em tramitação fora do prazo
■ Em tramitação no prazo
■ Respondidos

[Voltar](#)

PAINEL MONITORAMENTO DE DADOS ABERTOS

GOVERNO FEDERAL

Mês de Referência: Março/2018
Periodicidade de Atualização: Mensal

BASES DE DADOS PREVISTAS PARA ABERTURA 2714

18%

BASES EM ATRASO

500

9%

BASES A SEREM ABERTAS

231

73%

BASES ABERTAS

1983

CALENDRÁRIO DE ABERTURA DE BASES DE DADOS 2018

Jan	Fev	Mar	Abr	Órgão	Base	Link da base	Indicador
27 Atrasadas	33 Atrasadas	14 Atrasadas	32 Previstas	AN - Arquivo Nacional	Acordos Cooperação técnica	-	●
79 Abertas	34 Abertas	23 Abertas	54 Abertas	ANA - Agência Nacional de Águas	Bases de dados do Portal do SINDH	-	●
18 Previstas	34 Previstas	23 Previstas	32 Previstas	ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações	Gestão de Metas de Universalização	Acesso	●
0 Abertas	0 Abertas	0 Abertas	0 Abertas	ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações	Índice de Desempenho no Atendimento	Acesso	●
8 Previstas	11 Previstas	7 Previstas	13 Previstas	ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações	Índice de Serviços de Telecomunicações	Acesso	●

Ferramentas de monitoramento são abertas para toda a sociedade



*Um único achado,
por um único ator
pode ter impacto
suficiente para
gerar mudanças*

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Workshops e seminários

Guias, manuais, vídeos

Treinamentos *in-company*

Encontros anuais

Grupos de discussão temáticas

Cursos EaD

Bancos de perguntas e respostas, decisões
recursais e súmulas



Troca de conhecimento: sociedade civil capacita o governo e é capacitada



FORMAÇÃO DE REDES

Jornalistas e sociedade civil, para cooperarem na divulgação de achados

Organização especialistas em diferentes áreas, para combinar forças

Estados e municípios, para compartilharem experiências e soluções

Troca de melhores práticas com a comunidade internacional

Sociedade civil e academia, para o desenvolvimento de estudos

Esses são exemplos de como as redes geram resultados maiores do que a soma das partes



Congresso Brasileiro de Jornalismo Investigativo – Abraji (São Paulo, Julho de 2018)



APOIO AS AÇÕES

Compartilhamento de soluções com governos

Programa Pacto, de apoio a municípios

Apoio às ações de controle da sociedade

Suporte às autoridades de cada órgão federal

Sistema balanceado de apoio e sanções



COMPARTILHAMENTO DO e-SIC

O Código do e-SIC foi distribuindo gratuitamente para diversas cidades. Veja ao lado alguns exemplos de estados e municípios que implementaram.

Em 2019, a CGU oferecerá o e-SIC Nacional, uma ferramenta que dispensará implementação e manutenção, facilitando para os pequenos municípios.

- Distrito Federal
- Olinda - PE
- Juiz de Fora - MG
- Amapá
- Rondônia
- Maranhão
- Resende - RJ
- Rio Branco - AC
- Acre
- Cacaulândia - RO
- Fortaleza – CE
- Câmara Municipal de Bauru – SP
- Três Coroas – RS
- Campo Novo – RO
- Contagem – MG
- Vargem Grande Paulista – SP
- Potengi – CE
- Angicos - RN
- Búzios – RJ
- Minas Gerais
- Berilo – MG
- Rio Preto - MG



COMUNICAÇÃO E EXPOSIÇÃO

Exposição dos melhores... e dos piores desempenhos

Monitoramento aberto

Canais específicos para obtenção de informação e suporte

Comunicação e informes para diferentes níveis hierárquicos

Equilíbrio sanção-suporte

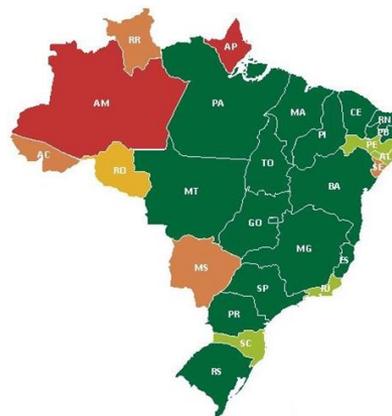


A EBT é uma avaliação do tipo cliente oculto, em que se avalia a implementação da Lei de Acesso à Informação em estados e municípios.

EBT 1



EBT 2



EBT 3



ESCALA BRASIL TRANSPARENTE

Apoio à Transparência em estados e municípios

Escala Brasil Transparente

avaliação amostral que aponta áreas de melhorias em transparência passiva



Regulamentação da Lei



Canais de acesso



Bloqueios, restrições, regulamentação do sigilo



Processos, prazos, procedimentos



RESPONSIVIDADE

Achados oriundos da transparência precisam ter consequência

Melhorar normas

Punir desvios

Rever dados e informações

Reformular políticas



Engajamento da sociedade e controle social

- *Olho Vivo no Dinheiro Público*
- *Educação Cidadã: Um por todos e Todos por Um*
- *Concurso de Desenho e Redação*
- *Governo Aberto*

Engajamento da sociedade e controle social

Educação Cidadã: Um por todos e Todos por Um

Turma da Mônica leva Ética e Cidadania para alunos do ensino fundamental

*1 semestre de atividades
relacionados à cidadania e ética*

*Cada aluno recebe um kit com
livro, gibis, jogos e muito mais*

*Professores tem kit de
orientação e cursos EaD*



Engajamento da sociedade e controle social

Concurso de Desenho e Redação

Levando temas relevantes para crianças e adolescentes de todas as idades

Envolvimento: 2007 a 2016

1,7 milhões de alunos

60 mil professores

11 mil escolas

4,7 mil municípios





Engajamento da sociedade e controle social

Governo Aberto

Aprimorando o governo por meio de diálogo com a sociedade

*Ministério da Transparência coordena Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto, que desenvolve, junto com organizações da sociedade civil, **planos de ações** para a promoção da transparência, participação social, accountability, por meio novas tecnologias e inovações*

Conheça tudo sobre governo aberto no Brasil em governoaberto.cgu.gov.br



Por que tornar os governos transparentes e abertos?

- A sociedade exige mais transparência na gestão pública
- A sociedade pode contribuir com serviços inovadores
- A transparência ajuda a aprimorar a gestão pública
- A transparência ajuda a aprimorar a qualidade dos gastos governamentais
- A transparência ajuda a viabilizar novos negócios
- **Mas, principalmente para ...**



Transporte de



amento de merenda



Transporte escolar

**Fiscalização de municípios por sorteio efetuada pela CGU
Situações desfavoráveis**



Transporte de doentes



Ruas pavimentadas



Armazenamento de medicamentos

**Fiscalização de municípios por sorteio efetuada pela CGU
Situações favoráveis**



O CASO DA TAPIOCA

Quanto vale uma tapioca?



=

- **695.925 benefícios médios do Bolsa Família**
- **358.823 cestas básicas**
- **130.202 salários mínimos**
- **95.400 benefícios médios do INSS**
- **520 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida**

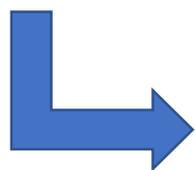


**Gastos com CPGF
em 2007**

R\$ 76.254.492

**Média de gastos
2008-2016**

R\$ 62.645.305



R\$ 13.609.187



X

9

R\$ 122.482.683



O escândalo dos cartões corporativos

Gasto do governo com cartões corporativos quebrou recorde em 2007, atraiu suspeitas e agora é alvo de CPI. Veja linha do tempo do caso

Reportagem baseada nos dados do Portal da Transparência denunciou o aumento do gastos e resultou em abertura de CPI





O CASO DAS BOLSAS DE PESQUISAS DA UFPR



Estudante detectou sozinha desvio milionário de bolsas que a UFPR não viu

Débora Sögur Hous, estudante de Jornalismo da UFPR de 25 anos, começou a consultar o [Portal da Transparência](#) do governo federal por um motivo pessoal: bolsista, ela recorria ao site todos os meses para saber se os valores haviam sido depositados. Aos poucos, ela foi entendendo a lógica de publicação das informações e passou a perceber pontos fora da curva, ou seja, dados que escapavam do padrão. Eram depósitos de valores bem acima da média, feitos em ordens bancárias a um pequeno grupo de pessoas (enquanto os demais casos somavam centenas de destinatários na mesma autorização de pagamento).

Controle social realizado pela estudante, a partir de dados públicos, culminou com uma operação da Polícia Federal, que prendeu 27 pessoas que receberam dinheiro de bolsa sem ter vínculo com a universidade entre 2013 e 2016.

Desvio de recursos superior a **R\$ 7,3 milhões** em bolsas de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR)



O CASO DO FIES



ESTADÃO São Paulo

Gasto com Fies cresce 13 vezes e chega a R\$ 13,4 bi, mas ritmo de matrículas cai

2.3k

Após regras mais flexíveis a partir de 2010, número de alunos com financiamento federal saltou 448%, de 150 mil para 827 mil em 2013; total de universitários na rede privada brasileira, porém, subiu 13%, de 3,9 milhões para 4,4 milhões no mesmo período

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO, PAULO SALDAÑA, RODRIGO BURGARELLI, O Estado de S.Paulo
15 Fevereiro 2015 | 02h03

SIGA O ESTADÃO

Reportagem baseada nos dados do Portal da Transparência analisou dados do **FIES até o final de 2014**

A explicação é que muitas faculdades passaram a incentivar alunos já matriculados a não pagar a própria mensalidade, mas a entrar no Fies - que, por sua vez, repassa os valores diretamente para as instituições, sem atraso ou inadimplência. Enquanto as empresas têm dinheiro garantido, a dívida fica com o aluno e o risco, com o governo.

Levantamento do Estadão Dados, com base em informações do Portal da Transparência e microdados do Censo da Educação Superior, mostra que, desde então, o número de alunos no Fies subiu 448% - de 150 mil, em 2010, para 827 mil em 2013, último ano em que há dados do censo. O total de alunos na rede privada subiu apenas 13% - de 3,9 milhões para 4,4 milhões.

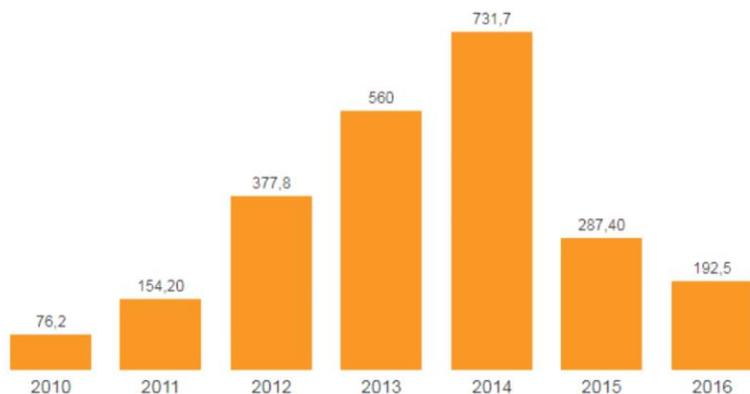


Levantamento da Folha de São Paulo publicado em 29/01/2017

DADOS SOBRE O FIES

Novos contratos, em milhares

Gastos por ano, em bilhões de reais

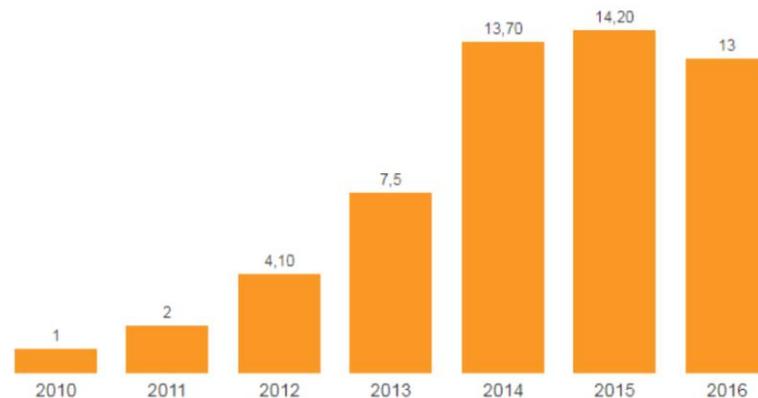


Fonte: FNDE e auditoria CGU/MEC
Confira mais infográficos da [Folha](#)

DADOS SOBRE O FIES

Novos contratos, em milhares

Gastos por ano, em bilhões de reais



Fonte: FNDE e auditoria CGU/MEC
Confira mais infográficos da [Folha](#)

Novo levantamento realizado pela Folha de São Paulo 2 anos depois, mostra redução da quantidade de novos contratos e do gasto total com o programa



O CASO SERENATA DE AMOR



Brasileiros recorrem à inteligência artificial para combater a corrupção

Operação Serenata de Amor questionou mais de R\$ 378 mil em gastos de 216 deputados e se prepara para segunda fase do projeto

Um grupo de jovens brasileiros tem recorrido à inteligência artificial para mostrar que robôs poderiam ser auditores perfeitos para manter os gastos públicos em ordem e, no futuro, punir e prevenir casos de corrupção.

Formado por programadores, cientistas de dados, jornalistas e um sociólogo, o coletivo batizou sua ação de **“Operação Serenata de Amor”**. O nome é uma referência ao “caso Toblerone”, um escândalo de corrupção que aconteceu na Suécia nos anos 1990 e resultou na renúncia da então vice-primeira ministra Mona Sahlin por usar o cartão corporativo para gastos pessoais.

Em resumo, a operação se baseia na Lei de Acesso à Informação, que dá à sociedade civil o direito de obter informações de interesse público, incluindo gastos de políticos.



OPERAÇÃO
**SERENATA
DE AMOR**

HISTÓRIAS EXPLORE SOBRE FAQ EN

APOIE O PROJETO

CEAP_

COTA PARA EXERCÍCIO DA
ATIVIDADE PARLAMENTAR

Você sabia que todo deputado Brasileiro, além dos salário e benefícios, tem direito a um gasto de até **R\$ 44.000,00** por mês com atividades parlamentares?
Coisas como **comida, passagens de avião e combustível** entram nessa cota.

O parlamentar usa seu dinheiro, envia as notas fiscais para a Câmara dos Deputados e recebe o reembolso pelo gasto.

Apenas com essa cota, os reembolsos dos 513 deputados em um ano significam um custo de

128 MILHÕES DE REAIS

REEMBOLSOS

O que já pagamos para nossos deputados?



R\$ 6.205,00

É o valor de uma nota que foi reembolsada, referente a **UMA REFEIÇÃO**



30 TANQUES DE GASOLINA COMPLETOS

Temos um deputado que costuma gastar

R\$ 6.000,00

mensais em gasolina. Em média, 30 tanques por mês.



13

Dois deputados já pediram reembolso de 13 refeições feitas no mesmo dia

Em 2015, tivemos

169.241

pedidos de reembolsos



219

DEPUTADOS
Costumam a usar
O VALOR MÁXIMO PERMITIDO MENSALMENTE

Em média, um dia de reembolsos de um deputado custa



R\$ 122,00



Um deputado já foi reembolsado por **BEBIDA ALCOÓLICA EM LAS VEGAS**





O CASO DA EDUCAÇÃO



Santa Catarina

Acompanhar 35 pessoas acompanhando



Aprendizado Compare Evolução Proficiência Explore Pessoas Censo Ideb

Aprendizado dos alunos: Santa Catarina

Com base nos resultados da Prova Brasil 2015, é possível calcular a proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar

! Conheça o conceito de aprendizado adequado

Informações sobre:

Todas

Escolas Municipais

Escolas Estaduais

Português, 5º ano

69%

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede municipal de ensino.

Dos 49.494 alunos, 33.825 demonstraram o aprendizado adequado.

Referência

70%

Legenda: 0% 100%

Publicação de dados abertos auxilia mapeamento do vírus Zika

22/06/2016 - <http://www.planejamento.gov.br/noticias>

A publicação de dados em formato aberto sobre microcefalia e o vírus Zika pelo Ministério da Saúde tem auxiliado no mapeamento e na prevenção da doença mundo afora. Assim que as informações são produzidas, elas são publicadas em formato aberto para que médicos e pesquisadores de todo o mundo possam acessá-las. Os dados são analisados, por exemplo, pelo Centro Europeu de Controle e Prevenção de Doenças (ECDC), iniciativa que reúne diversos países para identificar e mapear a disseminação do vírus e os casos de microcefalia.



Aplicativo “Melhor Preço”

Permite ao usuário pesquisar o menor preço de um produto nos estabelecimentos participantes do Programa. As informações são atualizadas em tempo real toda vez que um estabelecimento realiza uma venda. Importante para incentivar a participação dos cidadãos no Programa, para combater a sonegação fiscal, bem como para estimular a concorrência.





ABERTO

GOVERNO



TRANSPARÊNCIA



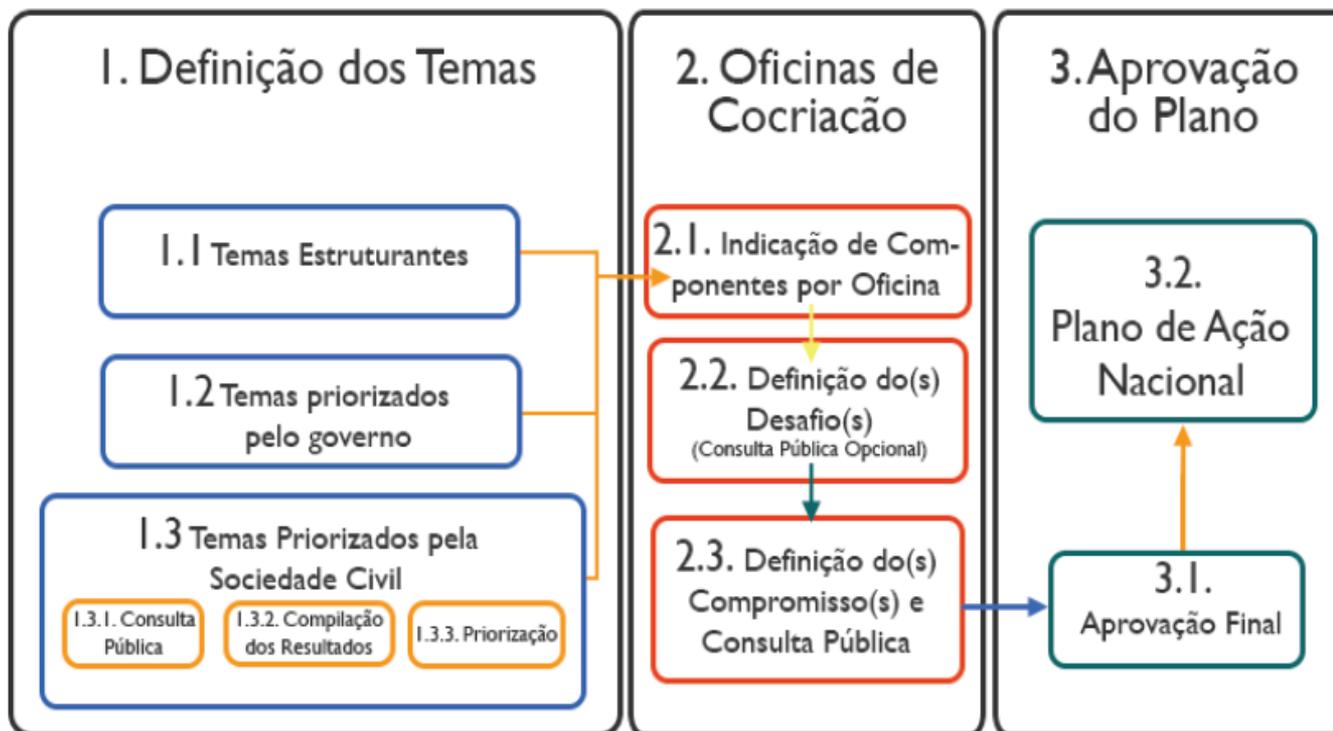
ACCOUNTABILITY



PARTICIPAÇÃO



INOVAÇÃO





4º Plano de Ação Nacional

Temas Estruturantes:

- Governo Aberto em Estados e Municípios
- Dados Abertos

Temas priorizados pelo Governo:

- Inovação e Governo Aberto na Ciência
- Fortalecimento do Controle Social do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Transparência e Controle Social no Processo de Recuperação de Mariana/MG e região
- Análise de satisfação dos usuários e impacto social da regulação da ANTT
- Transparência do Processo Legislativo

Temas priorizados pela Sociedade Civil:

- Transparência Fundiária
- Governo Aberto e Clima
- Governo Aberto e Recursos Hídricos
- Transparência Governamental (LAI em Estados e Municípios)



1. Princípios Básicos da Administração:

- **Probidade**
- **Ética**
- **Transparência**



O papel da ética

“Tradicionalmente, [a ética] é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos” (VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 7).



O papel da ética

- Questões abrangentes, de ampla repercussão social, que dizem respeito à correção das condutas em sociedade.
- Sofisticação dos sistemas normativos: exigência de especificação de deveres relativos a condutas que digam respeito não apenas ao cumprimento de regras jurídicas estritas, mas também à realização de ações que inspirem a confiança social nos sujeitos que as executam.



O papel da ética

- Se uma conduta ética é requerida até mesmo de agentes privados, mais ainda é exigível daqueles que estão investidos de uma função pública.
- Brasil: há um senso comum que permeia a percepção sobre a ética na Administração Pública. No entanto, desde a Constituição de 1988, diversos problemas que vêm desde longa data passaram a ser enfrentados por meio de diretrizes e instituições específicas sobre a matéria ética.



Sistema de Gestão da Ética

- Decreto nº 1.171/1994 – Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- Decreto de 26 de maio de 1999 – instituição do Sistema de Gestão da Ética na Administração Pública Federal.
- Decreto nº 6.029/2007 – definição de competências, tipificação de condutas, procedimentos e sanções.
- Sistema composto pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República e pelas comissões de ética locais.



Conflito de interesses

- Definição: situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.
- “A existência potencial de conflito de interesses se verifica quando um interesse público relevante, vinculado à função exercida pelo servidor, pode ser afetado pela atuação da autoridade em favor de interesses privados atinentes à nova função por si ocupada” (Prot. Nº 25.113/2015).



Conflito de interesses

- A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.
- Prevenção do conflito de interesses – atitudes exigidas do servidor. Precauções: licenciamento de cargo, alienação de bens e direitos, divulgação de agenda.
- Caso o servidor tenha dúvidas sobre se determinada situação enseja conflito de interesses, ele tem o direito e o dever de consultar a Comissão de Ética Pública a fim de que esta se pronuncie previamente sobre a conduta.



Conflito de interesses

- Hipóteses de conflito de interesses no exercício do cargo:

Divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

Exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

Exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

Atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

Receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

Prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.



Conflito de interesses

- Hipóteses de conflito de interesses após o exercício do cargo no período de seis meses após dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria (quarentena):

Prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego;

Aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado;

Celebrar, com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego;

Intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

Política de prevenção de conflito de interesses no Executivo Federal

Objetivo principal:

Implementar a Lei nº 12.813/2013, Lei de Conflito de Interesses, que define as situações que configuram esse tipo de conflito durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal.





SeCI

SISTEMA ELETRÔNICO DE PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES
GOVERNO FEDERAL

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE

JÁ SOU CADASTRADO

SOLICITANTE

ADMINISTRADOR

CPF*

SENHA*

[recuperar senha](#)

Entrar

Limpar

AINDA NÃO SOU CADASTRADO

Cadastrar

CONFLITO de interesses

Em vigor desde 1º de julho de 2013, a Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses) criou mecanismos para que o servidor ou empregado público federal previna possíveis conflitos de interesses e resguarde informações privilegiadas.

Para agilizar a comunicação entre o agente público e o Governo Federal no âmbito da nova lei, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu o SeCI - Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses.

O SeCI permite ao servidor ou empregado público federal fazer consultas e pedir autorização para exercer atividade privada, bem como acompanhar as solicitações em andamento e interpor recursos contra as decisões emitidas, tudo de forma simples e rápida.

MAIS INFORMAÇÕES

Consulte a seção dedicada à Prevenção de Conflito de Interesses no site eletrônico da CGU, com mais informações sobre o tema.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Acesse as perguntas e respostas mais frequentes sobre Conflito de Interesses e a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, atualizadas regularmente.



Manual do
Solicitante



Manual do
Administrador



Seja um servidor...

- probo
- transparente
 - ético
- dedicado
 - cortês
- participativo
- comprometido
- transformador
 - ...



Obrigado!

AURELIANO VOGADO RODRIGUES JUNIOR
Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência – Substituto
aureliano.junior@cgu.gov.br
55 61 2020-6538